

**TRABALHADORES RURAIS DE ÉVORA E ANARQUISMO
NA REVOLUÇÃO REPUBLICANA:
TENTATIVA DE REORGANIZAÇÃO SINDICAL E
PROPAGANDA ENTRE AS GREVES E A GUERRA⁽¹⁾
EVORA'S RURAL WORKERS AND ANARCHISM
IN THE REPUBLICAN REVOLUTION:
THE UNION REORGANIZATION ATTEMPT AND
PROPAGANDA BETWEEN THE STRIKES AND THE WAR**

JOÃO GABRIEL CAIA
Universidade NOVA, FCSH
joaogabrielcaia@outlook.pt
<http://orcid.org/0000-0002-5863-911X>

Texto recebido em / Text submitted on: 07/10/2022
Texto aprovado em / Text approved on: 28/02/2023

Resumo:

A presença do trabalhador rural no pensamento anarquista português, além de provocar uma discussão da relação entre proletariado rural e proletariado urbano, transpõe conceitos para outro espaço, o rural, cuja realidade social se vai refletir na propaganda desenvolvida pelo anarco-sindicalismo centrado em Lisboa. Em 1912, após o pico das greves rurais das quais a organização sindicalista dos

(1) Os resultados expostos no presente artigo decorrem da investigação para um capítulo da dissertação de mestrado do autor apresentada na NOVA FCSH, com o título *Trabalhadores rurais e Sindicalismo: história do primeiro movimento em Évora durante a Revolução Republicana (1910-1914)*.

trabalhadores rurais sai violentamente reprimida, as intenções anarquistas em mobilizar os trabalhadores rurais resultam numa «tournée de propaganda» pelo Alentejo que, por sua vez, resultará na constituição da Federação de Trabalhadores Rurais, que publicará o periódico *O Trabalhador Rural*. Contudo, existirá, de forma clara, no discurso anarquista a dicotomia «camponês vs. operário» que conduzirá todo o pensamento produzido. O pouco conhecimento do meio e do espaço rural, aliado ao progressivo recuo na adesão sindical, irá determinar dificuldades, condicionando o desenvolvimento do anarco-sindicalismo no Alentejo.

Palavras-chave:

Évora; Trabalhador Rural; Anarquismo; República.

Abstract:

The presence of the rural worker in portuguese anarchist thought, in addition to provoking a discussion of the relationship between rural proletariat and urban proletariat, transposes concepts to another space, the rural, whose social reality will be reflected in the propaganda developed by anarcho-syndicalism centered in Lisbon. In 1912, after the peak of rural strikes from which the unionist organization of rural workers was violently repressed, the anarchist intentions of mobilizing rural workers resulted in a “propaganda tour” through the Alentejo which, in turn, resulted in the constitution of the Federation of Rural Workers, which will publish the periodical *O Trabalhador Rural*. However, the dichotomy “peasant vs. worker” that will guide all the thought produced. Little knowledge of the environment and rural space, combined with the progressive decline in union membership, will determine difficulties, conditioning the development of anarcho-syndicalism in the Alentejo.

Keywords:

Evora; Rural Workers; Anarchism; Republic.

Nota introdutória

Se antes de 1910 a contestação social dos trabalhadores rurais em Portugal não teve impacto suficiente para ganhar a atenção do movimento libertário que crescia nos espaços urbanos, após a implantação da República a dimensão que ganharam as greves dos rurais alentejanos foi tal que a figura do trabalhador rural entrará progressivamente no léxico teórico e propagandístico dos anarquistas. Essa contestação, de cariz

laboral, terá cada vez mais um discurso político impregnado e estará organizada em estruturas sindicais, tal como o proletariado urbano. Tendo em conta as questões que podem agora ser acentuadas após a consulta das novas fontes, particularmente provenientes do Arquivo Distrital de Évora, torna-se imperativo colocar em campos separados o sindicalismo que se inicia entre trabalhadores rurais no Alentejo e, concretamente, no distrito de Évora e o anarco-sindicalismo (ou sindicalismo de pendor ideológico ou político anarquista) operário que está fortalecido em Lisboa, de forma a ser possível interrogar o que se encontra no meio de ambos: as redes de propaganda e aproximação; os pontos de contacto e eventual imersão; a conjugação de contradições óbvias de classes distintas.

As investigações que elaborámos em contexto de dissertação (e que aguardam publicação) demonstram que as Associações de Trabalhadores Rurais (ATR) desenvolvem uma ação sindicalista muito forte, mas longe de aparentes e assinaláveis influências ideológicas de teor anarquista, seja pelo discurso, seja pelos protagonistas: de acordo com o que pode ser apurado na própria documentação das ATR e nos processos judiciais a trabalhadores rurais, entre 1910 e janeiro de 1912 o contacto de anarco-sindicalistas com sindicalistas rurais revela-se nulo. O presente estudo propõe-se assim a abordar a fase posterior ao pico grevista, nomeadamente a propósito da presença do trabalhador rural no discurso anarquista em Portugal, tendo como principais objetivos a compreensão da forma como é teorizado o proletariado rural e como é dinamizado, com a reorganização sindical através da formação da Federação Nacional de Trabalhadores Rurais, e análise das relações entre as ideias e propostas anarquistas com a realidade social dos trabalhadores rurais.

Incursão anarquista em Évora após as greves rurais de janeiro de 1912

Como se pode verificar, e até pela própria reação anarquista, não parece haver qualquer articulação direta entre estes e o movimento sindical rural que vai eclodir logo após a implantação da República. De facto, João Freire afirma o seguinte:

Assim o movimento operário que se vai constituindo e formando em greves e lutas sociais – e não nas campanhas eleitorais – nos primeiros anos do século XX envolve fundamentalmente artífices e operários de oficinas

e fábricas situadas nas zonas urbanas, ou em certos núcleos industriais isolados na paisagem rural. Até à queda da Monarquia, não parece haver influência, atenção ou dinâmica própria que minimamente articule ou integre o movimento operário com movimentos sociais rurais (Freire 2004: 108).

Apenas depois da Revolução Republicana, e sobretudo após as primeiras greves rurais de 1911, é que os trabalhadores rurais passam a ser abordados atentamente na literatura anarquista, notando-se o impacto da surpresa causada. Na memória anarquista, a figura do trabalhador rural é agora um homem consciente da sua condição e capaz de alterar o seu curso de vida (Vasco 1913), e sobretudo um ator participante e ativo na «Revolução Social». Se anteriormente os rurais formavam a «camada mais obscura e ignorante do país», agora já estão num patamar de consciencialização e capacidade de luta semelhante ao do restante proletariado (O Trabalhador Rural, ano I, nº5, 1913).

O pico de greves rurais em janeiro de 1912, agora já com a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista a observar atentamente (Madeira 2014), irá resultar na tentativa de capitalização destes movimentos para uma maior propaganda e expansão anarquista, desde logo com o envio da tournée de propaganda pelo Alentejo, encabeçada por Carlos Rates, com o intuito de apoiar na criação de sindicatos (Pereira 1982; Ventura 1977). Alexandre Vieira (1974), sindicalista então, afirma que este desígnio foi bem-sucedido, contudo ignora o processo de sindicalização em curso que já se vinha desenvolvendo desde 1911. Na verdade, muitos dos sindicatos que se irão apresentar em agosto no I Congresso de Trabalhadores Rurais já estavam constituídos ou em vias de constituição no momento dessa digressão anarquista, protagonizada por Rates durante o mês de junho de 1912 (processos de legalização das ATR's no ARQUESOC). A nossa investigação permitiu descobrir mais informação sobre essa digressão, nomeadamente a partir do processo judicial que é movido contra estes intervenientes anarquistas.

Será no âmbito da investigação, conduzida pelo Ministério Público, à greve geral de janeiro, que também inclui os anarquistas Alberto Lemos, António de Sá Junior, José Dias, Jorge Coutinho, Eduardo Gonçalves Coelho, Agostinho Gabriel Biscaia, Bartolomeu Constantino e Francisco Antunes 'O cabeça de vaca', que José Carlos Rates e Evaristo Esteves serão detidos a 22 de junho, na estrada de Reguengos, em Évora, pela Polícia Civil apoiada pela GNR que bloqueia a estação de comboios, enquanto prosseguiam com o seu percurso de propaganda pelo distrito

de Évora. São detidos na estrada, quando mandado parar um carro de mulas que os levava escondidos em mantas, e enviados para Lisboa. Teriam intenção de se dirigir a Évora, Cabrela e Vendas Novas, «centros corticeiros, onde há agitadores». Foram apreendidas as brochuras que levavam: «A Revolução Burguesa e a Revolução Social», por José do Valle; «O Syndicalismo», por Luiz Fralhi; «União dos Sindicatos e a Anarchia», por Fernando Pelhoratier.

Através das declarações dos próprios e das testemunhas de acusação, podemos ter uma noção geográfica desse percurso. Rates, assim como os restantes anarco-sindicalistas detidos no âmbito do mesmo processo, terá um comportamento inédito face ao que já verificámos nos casos dos trabalhadores rurais: admite todas as suas ações. É o próprio que, no momento da detenção, confirma encontrar-se em propaganda «já tendo vendido folhetos em Machede, Redondo, Montoito, Vendinha e S. Manços». Esta informação é complementada pela polícia responsável pela detenção, com António Lopes, chefe da polícia civil, e José Pedro Ayres, cabo de secção de polícia nº 6, a manifestarem receio pela «presença prejudicial» dos capturados em Évora, onde iam fazer uma conferência na ATR, já que «tinham uma mala cheia de folhetos sobre a revolução, sindicalismo e anarchia» (ADEVR/JUD/TCEVR, mç.342, p. 2908).

Não obstante essa clareza de Rates, pormenores das ações de propaganda nos sítios referidos apenas chegam a partir do testemunho de quem, nos mesmos sítios, cumpria também o papel de vigilante da comunidade para o poder. António Marques da Silva, regedor da paróquia da Vendinha, afirma que no dia 20 de janeiro «apareceram dois sindicalistas vindos de Montoito» e às 20h30 reuniram numa casa com trabalhadores membros da ATR. Francisco Fialho Ramos, regedor da mesma paróquia, afirma que os anarquistas chegaram à Vendinha às 15h e pelas 21h falaram das janelas da casa onde se reúne a ATR, «tratando de assumptos associativos e sindicalistas». Indica terem assistido ao comício 150 pessoas, terminando às 22h30. A ida terá sido planeada com a ATR da Vendinha, pois ainda tinham uma ceia preparada, adiantam. Essas reuniões são consideradas clandestinas por não «terem licença da auctoridade competente, cometendo assim o crime de desobediencia (lei de 26 de junho de 1893)» (ADEVR/JUD/TCEVR, mç.342, p. 2908).

No auto de averiguações redigido pelo chefe da esquadra, os detidos confirmam tudo e é adiantado que estes reuniram com as ATR dos vários locais por onde passaram. Jorge Coutinho é o único que denuncia que ambos

foram enviados como delegados da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista para propaganda e organizar associações de classe nas localidades onde não existiam e «montar a situação administrativa nas que já existiam». José Carlos Rates confirma tudo o já dito pelas testemunhas, que o objetivo da viagem pelo distrito de Évora era: «organizar vários sindicatos nas povoações ruraes, saber das necessidades mais urgentes da população operária de cada localidade» com o objetivo final de um inquérito nacional da vida operária. Segundo Rates, a Comissão Executiva deu dez mil réis a cada um para as despesas de transportes e folhetos de propaganda «dados pelas casas editoras, as quaes sao a Sementeira e a Internacional, dando-lhes uma parcela das vendas que fizessem» para que pudessem cobrir outras despesas que tivessem. Adianta que esteve em Vendas Novas, S. Miguel de Machede, Redondo, Terena, Montoito, Vendinha e S. Manços. Disse ainda ser oficial de carpinteiro do Estado (num Asilo) e ter pedido licença de 30 dias para fazer a propaganda, iniciando dia 11/06, sendo que no momento do pedido não explicitou o motivo, e nega terem como objetivo fazer propaganda para uma greve geral, pois nas reuniões em ATR's «só propagavam doutrinas associativas e demonstraram a necessidade de conservação da República, não tendo nunca chamado a ordem pela respectiva autoridade [administradores dos concelhos, regedores e policias assistiam às assembleias]». Evaristo Esteves confirma tudo o que é dito por Rates, apenas adiantando que falaram das janelas pela quantidade de gente presente e o tamanho muito pequeno da casa. Afirma ainda que também pediu uma licença de 30 dias e indica não terem tido qualquer participação na greve geral da Carris (ADEVR/JUD/TCEVR, mç.342, p.2908).

Apesar de todo o aparato repressivo em torno da detenção de dois anarquistas muito conhecidos das autoridades no Alentejo, a verdade é que aqui o poder judicial não encontra fundamento legal para proceder às condenações de dois indivíduos que apenas eram acusados de fazerem propaganda política. Sem qualquer prova de crime e de relação com qualquer greve, nomeadamente a de janeiro de 1912, o caso acaba por ser arquivado.

A formação da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais

A abordagem anarquista dá-se, portanto, no período pós-clímax da radicalização da luta de classes e tentará integrar-se e trabalhar nesse

momento de recuo, quando muitos trabalhadores rurais já tinham experimentado o sindicalismo e sentido na pele a repressão republicana ao mesmo. Será justamente como resposta a essa repressão que o anarco-sindicalismo tentará reorganizar o movimento sindical rural num órgão federativo convocando, para esse efeito, um congresso com as várias ATR's. Esse congresso realizar-se-á em Évora, entre 25 e 26 de agosto de 1912, presidido por Manuel Ferreira Quartel, delegado da ATR de Coruche, e secretariado por dois elementos alheios ao trabalho rural, mas afetos ao anarco-sindicalismo: o já mencionado Carlos Rates, enquanto delegado da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, e João Bernardo Alcanena, enquanto delegado da União dos Sindicatos de Évora. De acordo com Ventura (1976: 41), estiveram

presentes delegados de 39 sindicatos representando 12 525 trabalhadores rurais de Évora, Coruche, Ferreira do Alentejo, Amieira, Odemira, Évora-Monte, Alcáçovas, Beja, Terrugem, Egrejinha, Val Pereiro, Vendinha, S. Tiago Escoural, Campo Grande, Alpiarça, Arraiolos, Portel, Vil'Alva, Torrão, Castelo de Vide, Portalegre, Aviz, Cuba, Azaruja, S. Manços, Machede, Torre dos Coelheiros, S. Miguel de Machede, Montoito e Monte Trigo.

A adesão das ATR ao congresso denota o desgaste que estas sofreram com a repressão de que foram alvo nesse ano. Algumas das mais relevantes, como as ATR de Montemor-o-Novo, Estremoz, Vendas Novas, Redondo, Serpa e Terena, comunicam a impossibilidade da sua presença, ainda que concordem com a realização do mesmo. O caso da ATR de Portalegre, que se tem de fazer representar pelo presidente da ATR de Évora, Joaquim Candieira, é ilustrativo do estado decadente da mobilização sindical entre os trabalhadores rurais. Não será por acaso que a retórica discursiva se pautará por reações à repressão e apelos à união entre trabalhadores.

No discurso inaugural dos trabalhos, Ferreira Quartel, «apelou para a união dos trabalhadores rurais e para a sua integração no movimento sindical nacional» (Ventura 1976: 46). Ou seja, até então a ação sindical das ATR não esteve sob coordenação centralizada do anarco-sindicalismo e a partir daqui essa coordenação será tentada também como forma de combater o refluxo verificado. Assim o entenderão também algumas das principais figuras que, de entre os trabalhadores rurais, lideraram

as greves de 1911 e 1912. O presidente da ATR de Évora, representando a de Portalegre, Joaquim Candieira será uma dessas figuras e apresenta no congresso uma proposta, aprovada por unanimidade, que consiste num apelo à libertação dos sindicalistas presos e contra a repressão. Foi ainda determinado que se enviasse a proposta à Confederação Geral do Trabalho de França, para que esta a envie a organizações dos outros países. Em adendas pediu-se também o envio à Confederação Geral do Trabalho de Espanha, ao proletariado de Itália, referindo-se ainda a vontade de criação de uma Federação Internacional dos Trabalhadores Rurais. Isto é, Candieira, que também fora preso devido à greve, e apenas libertado por ter beneficiado da Lei da Amnistia de maio, pretende que os trabalhadores rurais construam solidariedade de classe face a outros trabalhadores (rurais ou não) que continuavam presos por motivos de protesto laboral, sejam nacionais ou de outro país, clamando por uma internacionalização. Ainda que sem efeitos práticos conhecidos, será a primeira vez que um trabalhador rural português defende um enquadramento internacional de classe.

Esta necessidade de reorganização dos trabalhadores rurais por via do incremento da solidariedade com outras classes será sentida maioritariamente nas propostas apresentadas ao congresso. Quartel faz ainda uma proposta no sentido de reconhecer a «necessidade de um órgão diário que defenda os interesses do proletariado e que satisfaça inteiramente as suas aspirações», comprometendo as ATR's a apoiar o jornal *Sindicalista* nesse sentido. Carlos Rates, além de delegado da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, também representava o grupo editor do *Sindicalista*.

Finalmente, os trabalhadores rurais decidem discutir a sua organização, partindo da rejeição consensual (mas reconhecendo a boa intenção) da proposta que o deputado pelo círculo de Elvas, Henrique José Caldeira Queiroz, apresentara à Assembleia Nacional Constituinte a 29 de junho de 1911, com vista à constituição de Comissões Paroquiais de Trabalhos Agrícolas (composta por três trabalhadores, três lavradores e presidida pelo presidente da respetiva junta de paróquia), de forma a mitigar o conflito sindical que se começara a verificar nesse verão. Nem a proposta do deputado chegará a ser lei (não foi discutida no dia da sua apresentação por não constar na ordem do dia, e não surge em mais nenhum debate), nem os trabalhadores reunidos em congresso aprovam algo semelhante. A proposta de organização dos trabalhadores rurais

alentejanos que irá avante é a da fundação da Federação Nacional de Trabalhadores Rurais (FNTR), que reunirá as ATR presentes, assim como procurará reunir as que não compareceram. O facto de ser determinado que a comissão fundadora da Federação seja composta por 5 membros da ATR de Évora, com apoio deliberativo dos delegados da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, leva-nos a considerar a existência de uma vontade em centralizar a coordenação das ATR's em Évora, local aonde os anarco-sindicalistas teriam mais facilidade de acesso e influência. Resolvidas as questões de reorganização sindical e formação federativa, fica planeado um novo congresso para abril de 1913 com vista ao debate sobre «a solução do problema agrário, o cooperativismo e outras questões que interessam ao proletariado rural» (O Sindicalista, n.92, 1912/09/01).

Um mês depois, a 24 de setembro, a Comissão Administrativa da FNTR reúne para definir a sua organização interna e planear atividades de propaganda. Aí ficará ainda mais claro a centralização do movimento sindical em Évora, pela nomeação de Candieira para secretário-geral, e fixação da sua sede na Rua da Freiria de Cima, nº 21, Évora, para onde deveria ser dirigida toda a correspondência. A propósito das primeiras sessões de propaganda, que decorrerão nesse mesmo mês de setembro e outubro, indicam como prioridade o levantamento das condições de vida, salários e horários de trabalho dos trabalhadores rurais dos locais visitados. Finalmente, definem para 1 de dezembro o lançamento do seu próprio órgão de imprensa, *Trabalhador Rural*, de periodicidade mensal (O Sindicalista, n.96, 1912/09/29). Na verdade, o jornal acabará por ser lançado no dia 8 de dezembro, tendo totalizado apenas 16 números mensais publicados, até setembro de 1914 (conforme levantamento em Pereira 1985).

O trabalhador rural alentejano entre a literatura e a (frustração da) propaganda anarquista

Não obstante a mobilização de anarquistas para o Alentejo apenas suceder neste momento de refluxo sindical, as abordagens e interesses intelectuais não chegam tão «atrasadas», e Neno Vasco tentará aproveitar a oportunidade da Revolução Republicana e do processo de sindicalização em curso para desenvolver a mensagem anarquista destinada ao trabalhador rural. Nesta altura, além de elaborar a tradução portuguesa da obra *Entre os camponeses*, de Malatesta, também vai publicar as suas

Geórgicas ao trabalhador rural (Samis 2009). Nestas tenciona elevar a figura do trabalhador rural, considerando-o como o mais útil de entre todas as camadas operárias e, por isso, o mais importante, apelando que se associe com os seus pares de forma a «disputar desde já aos amos o pão e o descanso, de aprender os teus direitos, de conhecer bem o teu trabalho» (Vasco 1913: 14).

Era então necessário trabalhar para intensificar a consciencialização anarquista, porque relativamente à organização sindical, não parecia (e não se revelou) ser difícil de dinamizar. Essa necessidade justifica a tradução pelo pensador libertário da obra de Malatesta, cujo conteúdo político se caracteriza por uma maior radicalidade. Em *Entre os camponeses* (publicado originalmente em 1883 e traduzido em Portugal em 1910), o anarquista italiano procura encenar uma conversa entre duas personagens, Jorge e José, sendo que o primeiro, simbolizando o discurso anarquista, vai respondendo às perguntas e refutações do segundo, que simboliza um discurso céptico e de conformismo para com a realidade social, mas que vai concordando e dando razão aos argumentos do primeiro. A tradução desta obra no referido ano de início da Revolução Republicana em Portugal reveste-se de especial importância pelo seu discurso anti-parlamentar muito claro. Malatesta posiciona-se contra a República e a representatividade eleitoral e critica o sufrágio universal, afirmando que enquanto não existir para o pobre independência económica e consciência dos interesses próprios, o voto continuará a ser manipulado pelos ricos. Ou seja, a mensagem dos anarquistas reside em persuadir os trabalhadores rurais que a sua integração no novo regime republicano não lhes trará benefícios laborais, existindo, portanto, a inevitabilidade permanente da sua organização coletiva e do confronto com o poder político.

A propósito desta necessidade de organização, o anarquista Jorge Coutinho, em viagem pelo Baixo Alentejo, procura desmentir quem afirma que os trabalhadores rurais não são propícios à organização associativa, reiterando que há muito «a esperar dos movimentos do proletariado rural, e o dever de todos os militantes operários é olhá-lo com atenção» (Barreto 1984: 533). Não obstante, não deixa de evidenciar uma distância entre o movimento rural e movimento operário, ao considerar que o primeiro apenas falha se nenhum elemento estiver experimentado em questões operárias, e ao alertar ao segundo que esteja atento para não deixar que o poder político influencie o movimento rural.

Quando se reúne o 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em abril de 1913, é justificada nas páginas d’*O Trabalhador Rural* a sua organização «pelas nossas necessidades, pela situação intolerável em que nos encontramos» (*O Trabalhador Rural*, ano I, nº5, 1913). A relação entre a doutrina anarquista dedicada ao trabalhador rural e aquilo que é reivindicado pelo mesmo verifica-se bastante complexa, sem deixar margem para grandes certezas. Tal como o mesmo Congresso afirma, o principal objetivo é o da «emancipação dos trabalhadores pelos mesmos trabalhadores» (*O Trabalhador Rural*, ano I, nº5, 1913), contudo interessa confrontá-lo com o que é de facto reivindicado.

Para os principais teóricos anarquistas a questão da terra, no que concerne aos movimentos sociais rurais, assume um papel primordial no seu discurso. Nos textos de Malatesta a expropriação e a socialização da terra e do trabalho são prioridades, de forma a construir um modelo de organização coletiva da sociedade depois da «Revolução», na qual cada um trabalha para o benefício de todos: «Emquanto existir a propriedade individual, isto é, enquanto a terra, e tudo o mais, em vez de pertencer a todos, pertencer a Pedro ou a Paulo, subsistirá a miséria e tudo irá de mal a peor.» (Malatesta 1910). Neno Vasco (1913) também irá clamar por um processo de socialização da terra dirigido pelos trabalhadores rurais. Estes desenvolvimentos ideológicos, propagandeados no Alentejo pelos anarco-sindicalistas, não vão ser totalmente ignorados pelos trabalhadores rurais. De facto, se até ao pico das greves, em 1912, a expropriação não integra o conjunto das reivindicações dos trabalhadores (que estarão essencialmente relacionadas com questões laborais (Raposo 2001; Pereira 1983; Pereira 1982; Ventura 1976)), a partir do 2º congresso, a questão da terra será introduzida nas preocupações dos trabalhadores («Mas eles falam sempre nisso, nessa tal liberdade de acção, garantindo antes de tudo a liberdade de trabalho, que não existira enquanto as ferramentas, as fábricas, as terras estiverem nas mãos dos proprietários» (Ventura 1976: 117)), à semelhança do que já acontecia entre os trabalhadores rurais andaluzes (Baptista 2004), pelo menos desde que a Primeira República espanhola legislou sobre a propriedade agrícola (Pomés 2000), ao contrário do que irá suceder em Portugal.

A preocupação que a República Portuguesa irá tecer sobre a questão da terra conduz a diferentes interpretações sobre as suas motivações. Por um lado, Oliveira Baptista e Radich vão considerar que a questão da terra emerge nos governos da República devido à pressão do abastecimento

urbano e não como resposta à luta dos trabalhadores rurais (Baptista; Radich 2014). Por outro, Pinto e Piçarra (2010) afirmam que são as greves dos assalariados rurais que motivam propostas dos republicanos para alterar a estrutura agrária do país. O primeiro argumento é, a nosso ver, o mais acertado. A difícil conjuntura económica e social provocada pela Primeira Guerra Mundial irá mergulhar o país numa grave crise de subsistências. Não é de estranhar que será sobretudo neste período que a República dará maior atenção à questão agrária, o que se reflete no terceiro congresso de trabalhadores rurais que se organiza já nos últimos meses da Primeira Guerra Mundial.

Este congresso, realizado no Teatro S. Carlos de 31 de março a 1 de abril de 1918, irá ser bem visto pelo governo Sidonista, conforme se pode ler no relatório e parecer dos delegados que no Congresso estiveram presentes para representar Machado Santos, Ministro das Subsistências e Transportes (Benedy 1918). A reivindicação por baldios ou incultos há mais de três anos será bem recebida pelos delegados, que ainda elogiam o comportamento exímio dos trabalhadores rurais. Não obstante, o interesse revelado terá sido efémero já que, como se sabe, nenhum governo republicano conseguiu convergência de interesses suficientes para promover uma reforma agrária neste sentido (conforme verifica Rollo 2013).

A organização do congresso apenas é conseguida pela mobilização de alguns trabalhadores rurais que a situação económica extrema da crise da Primeira Guerra Mundial suscita. De qualquer forma, não significou um retomar da força das ATR enquanto meio de luta de classe que tiveram em 1911-12, uma vez que, entre 1915 e 1920, a redução do seu número dá-se de forma drástica, de 168 para 37, ilustrando bem a dimensão deste recuo sindical (Freire 1992). O próprio órgão de imprensa *O Trabalhador Rural* deixou de ser publicado apenas um ano e meio depois do seu início, em setembro de 1914, e não regressa.

Apesar das reivindicações expressas pelo congresso, as revoltas sociais ocorridas neste período, quer em Lisboa com a conhecida «Revolta da Batata», quer no Alentejo, são motivadas pela fome e pela carestia de vida e não reivindicam em nenhum momento a questão da terra, o que nos ilustra bem a nulidade de representatividade ou eficácia que a organização sindical sobrevivente tinha entre os trabalhadores rurais (Cardeñoso 2017, 2018; Pires 2011). Aliás, muitos dos trabalhadores rurais, por esta altura desempregados, terão de deixar mesmo o trabalho agrícola e recorrer a novas formas de subsistência geradas pelo contexto da guerra e pela

situação geográfica de proximidade à fronteira espanhola, nomeadamente o contrabando, que se acentuará na zona de Elvas (Castro 2019).

À exceção do ocorrido em Vale do Santiago, não existem movimentos de trabalhadores rurais no sentido de ocupar terras e, mesmo nesse, apresentam-se algumas contradições. O trabalho memorialista sobre Gonçalves Correia, anarquista alentejano, afirma que este terá comprado a propriedade para formar uma sociedade comunitária – a Comuna da Luz – (Franco 2000), que termina por repressão da GNR, ao considerar a mesma como motivadora da greve dos trabalhadores rurais de Vale do Santiago, em conformidade com a greve geral decretada pela União Operária Nacional em 1918. Uma possível articulação desta comuna com o movimento grevista não é clara. O próprio Gonçalves Correia, em entrevista a Raul Brandão anos mais tarde, nega mesmo qualquer relação (Louçã 2013). Por outro lado, Canais Rocha e Labaredas reiteram a influência desta para a radicalização dos trabalhadores na zona de Beja, porém associam-na a uma fome da terra que consideram motivar também as greves de 1912 (Rocha, Labaredas 1982), o que não corresponde à realidade conforme se verificou anteriormente.

Daí para frente, e apesar desta questão estar presente nas reivindicações dos congressos rurais (Sá 1983) e também ser reiterada em 1924 pela própria ATR de Évora, ainda liderada por Candieira (Rodrigues 1981), não se conhecem conflitos de relevância que reclamem a socialização da terra. O objetivo da «emancipação dos trabalhadores» será sobretudo expresso através de reivindicações tipicamente sindicalistas, associadas a questões laborais, sem contestar a ordem política institucional vigente.

Considerações finais

Em suma, podemos concluir que a influência que o anarquismo consegue ter sobre as reivindicações dos trabalhadores rurais não parece, então, ser muito clara. Conforme verificámos, o movimento sindical de trabalhadores rurais em Évora precede o surgimento do interesse que os anarquistas dedicam àqueles, sucedendo apenas de forma relevante após o pico das greves e confrontando-se com algumas dificuldades como, por exemplo, o analfabetismo, que os anarco-sindicalistas irão apontar nos relatórios da tournée de propaganda de 1912 como uma

barreira para uma mais eficaz propagação ideológica, além da profunda carestia de vida que irá motivar afirmações no sentido de que «não seria fácil manter a organização dos ruraes com o objetivo unico da luta de classe» (Ventura 1977). Além disso, a incursão anarquista, seja pela via da reorganização sindical, seja pela propaganda, não acabará por ter qualquer efeito prático em matéria de conflitos e vitórias laborais para os trabalhadores rurais, que não voltam a ocorrer. Neste sentido, é seguro afirmar que o anarquismo sentirá bastantes dificuldades para apelar à adesão dos trabalhadores, não conseguindo contrariar o recuo sindical.

Estas dificuldades são também, em grande parte, motivadas pela aparente impreparação dos anarco-sindicalistas em lidar com a realidade do trabalhador rural. O discurso produzido sobre o mesmo evidencia-o, uma vez que os principais trabalhos ideológicos que abordámos aqui, assemelham-se no distanciamento de análise. O trabalhador rural é sempre visto como o «outro», na medida em que a sua realidade é observada sobretudo a partir de fora do meio rural e nunca por um anarquista de origem rural. Quando o anarquista tem contacto com o meio rural, e com o trabalhador rural em específico, existe dificuldade em compatibilizar o discurso ideológico com a realidade social, conforme demonstrámos. Por isto mesmo, é da nossa opinião que a ineficácia que o discurso anarquista português teve sobre o trabalhador rural foi, além de uma condição, uma característica do sindicalismo rural na região.

No que ao percurso ideológico diz respeito, acreditamos que uma leitura historiográfica das dinâmicas de protesto laboral refém da inevitabilidade da adesão à ideia para a tomada de ação se revela contraproducente. O que a nossa investigação destapou foi um processo que não se condicionou ou esgotou em ideologias em concreto, mas antes que se desenvolveu enquanto pôde, numa perspetiva mais pragmática do que por vezes se aponta. Defendemos, por isso, estar errada a tese de que a eclosão sindical dos trabalhadores rurais alentejanos se deveu a uma influência anarquista. Como já analisámos, esta será alheia à eclosão, tardia e de eficácia discutível. Nessa medida, mesmo que a influência ideológica anarquista esteja presente e tenha liderado, em certa altura, a organização do movimento sindical, não foi determinante para o desenrolar dos principais conflitos, assim como não conseguiu nenhuma vitória substancial. A ação sindicalista dos trabalhadores rurais foi antes pautada por um discurso profundamente pragmático, muito mais refém da sua condição classe, do que de qualquer ideologia em concreto.

Fontes

Arquivo Distrital de Évora/Fundo do Tribunal da Comarca de Évora.
ADEVR/JUD/TCEVR.
Arquivo Histórico na Área Económico-Social do Ministério do Trabalho,
Solidariedade e Segurança Social. Processos de legalização das ATR's.
O Sindicalista (1910-1916).
O Trabalhador Rural (1912-1914).

Referências bibliográficas

- Baptista, Fernando Oliveira (2004). “Espanha e Portugal. Um Século de Questão Agrária”, in *Mundo Rural: Transformação e Resistência Na Península Ibérica (Século XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 15-51.
- Baptista, Fernando Oliveira, Radich, Maria Carlos (2014). “Reforma Agrária”, in Maria Fernanda Rollo (ccord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume III: N-Z*. Lisboa: Assembleia da República, 490-502.
- Barreto, José (1984). “Jorge Coutinho e “O Despertar Dos Trabalhadores Rurais” (1911)”, *Análise Social XX*, n. 83, 523-40.
- Benedy, José (1918). 3. *Congresso dos Trabalhadores Rurais: relatório e parecer dos delegados que representaram no mesmo congresso o Ministro das subsistências e transportes*. Lisboa: Typ. Adolpho de Mendonça.
- Cardenoso, Jesus-Ángel Redondo (2017). “Protestas populares por las subsistencias en el Alentejo durante la Gran Guerra, 1914-1918”, *Ler História* 70, 141-60.
- « - » (2018). “Weapons of the Weak in Portugal during the Early 20th Century : The Example of the Central Alentejo”, *E-Journal of Portuguese History*, n. 16, 24-41.
- Castro, Mariana Reis (2019). *Contrabando e Contrabandistas: Elvas na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Franco, Alberto (2000). *A Revolução é a minha namorada: memória de António Gonçalves Correia, anarquista alentejano*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde.
- Freire, João (1992). *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento.

- « - » (2004). “O Movimento Operário e o Problema Rural na I República”, in Inês Fonseca, Dulce Freire e Paula Godinho (coord.), *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 89-106.
- Louçã, João Carlos (2013). “A utopia concreta de Gonçalves Correia: Percurso e contexto de um anarquista alentejano singular”, *Debat: Rev. Dig*, n. 9, 90-111.
- Madeira, João (2014). “Greves Rurais”, in Maria Fernanda Rollo (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II: F-M*. Lisboa: Assembleia da República, 198-201.
- Malatesta, Errico (1910). *O que querem os anarquistas: diálogo entre camponeses*. Lisboa: António Ernesto Dias da Silva.
- Pereira, Ana Paula (1983). “As Greves Rurais de 1911-12: uma leitura através da Imprensa”, *Análise Social XIX*, n. 77-78-79, 439-76.
- Pereira, José Pacheco (1982). *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- « - » (1985). “A Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais (1912-1926) : síntese da Comunicação”, in *Les Campagnes Portugais de 1870 a 1930*. Paris: Fond. Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.
- Pinto, Ana Catarina, Piçarra, Constantino (coord.) (2010). *A Primeira República no Baixo Alentejo*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar.
- Pires, Ana Paula (2011). *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a Economia de Guerra*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Pomés, Jordi (2000). “Sindicalismo rural republicano en la España de la Restauración”, in *Ayer*, 39, 103-133.
- Raposo, Eduardo (2001). *A Greve Geral de Évora de 1912: Ponto Cimeiro dos Conflitos Sociais no Alentejo nos Alvores da República*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- Rocha, Francisco Canais, Labaredas, Maria Rosalina (1982). *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo: ocupação de terras no Vale de Santiago*. Lisboa: Um de Outubro.
- Rodrigues, Edgar (1981). *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura: Portugal 1922-1939*. Lisboa: Sementeira.
- Rollo, Maria Fernanda (2013). “Ideias sobre Política Agrária na I República”, in *O Eterno Retorno: Estudos em Homenagem a António Reis*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Sá, Vitor de (1983). “Projectos de Reforma Agrária na I República”, *Análise Social XIX*, n. 77-78-79, 591-610.

- Samis, Alexandre Ribeiro (2009). *Minha Pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre.
- Vasco, Neno (1913). *Geórgicas, ao trabalhador rural*. Lisboa: Publicações Terra Livre.
- Ventura, António (1976). *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova.
- « - » (1977). *O Sindicalismo no Alentejo: a "tourné" de propaganda de 1912*. Lisboa: Seara Nova.
- Vieira, Alexandre (1974). *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

